



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA RUNASUR E A QUESTÃO PLURINACIONAL NA AMÉRICA LATINA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO PERUANO E BOLIVIANO

LA PROPUESTA DE INTEGRACIÓN REGIONAL DE LA RUNASUR Y LA CUESTIÓN PLURINACIONAL EN AMÉRICA LATINA: ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE EL CASO PERUANO Y BOLIVIANO

THE REGIONAL PROPOSAL OF RUNASUR AND THE PLURINATIONAL ISSUE IN LATIN AMERICA: SOME CONSIDERATIONS ON THE PERUVIAN AND BOLIVIAN CASES

*Samiyah Venturi Becker
Lucas Miranda Arean
Gustavo Menon*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater a iniciativa de integração regional da RUNASUR e analisar o seu significado político e conceitual dentro do quadro do regionalismo latino-americano e da configuração de Estados Plurinacionais na América do Sul, a partir dos contextos da Bolívia e do Peru, sendo entendida como um modelo de integração "fora do Estado" protagonizado por movimentos sociais e povos originários. Por meio de uma contextualização teórica do regionalismo latino-americano, bem como das categorias da questão nacional e do plurinacionalismo na América Latina, buscou-se investigar os potenciais e limitações da RUNASUR como uma ferramenta popular para a integração regional na América Latina a partir dos contextos boliviano e peruano, que são estudados aqui, dois países com muitas semelhanças, mas com trajetórias divergentes em relação à plurinacionalidade e à integração.

PALAVRAS-CHAVE

RUNASUR, Integração regional, plurinacionalidade, Bolívia, Peru.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo debatir la iniciativa de integración regional de la RUNASUR y analizar su significado político y conceptual dentro del marco del regionalismo latinoamericano y del Estado Plurinacional, desde los contextos de Bolivia y Perú, entendida como un modelo de integración "fuera del Estado" protagonizado por movimientos sociales y pueblos originarios. Partiendo de una contextualización teórica del regionalismo latinoamericano, así como de las categorías de la cuestión nacional y el plurinacionalismo en América Latina, se buscó investigar los potenciales y limitaciones de la RUNASUR como herramienta popular para la integración regional en América Latina desde los contextos boliviano y peruano, que se estudian aquí.

PALABRAS CLAVE

RUNASUR, Integración regional, plurinacionalidad, Bolivia, Perú.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano

DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

ABSTRACT

The present article aims to discuss the regional integration initiative of RUNASUR and analyze its political and conceptual significance within the framework of Latin American regionalism and the Plurinational State, based on the contexts of Bolivia and Peru. It is understood as a model of integration "outside the State," led by social movements and indigenous peoples. Starting from a theoretical contextualization of Latin American regionalism, as well as the categories of national and plurinational issues in Latin America, the investigation sought to explore the potentials and limitations of RUNASUR as a popular tool for regional integration in Latin America, focusing on the studied Bolivian and Peruvian contexts

KEYWORDS

RUNASUR, regional integration, plurinationality, Bolivia, Peru.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

I. INTRODUÇÃO

Criada em 2020 no “*Encuentro de los Pueblos y Organizaciones de Abya Yala hacia la construcción de una América Plurinacional*” pelo ex-presidente da Bolívia Evo Morales (2006-2019), a RUNASUR, também chamada de “UNASUL dos povos”, surge de um momento de crise dos projetos de integração regional do subcontinente sul-americano e propõe um projeto de integração regional diferente do âmbito do Estado, em que os principais atores são os povos indígenas, movimentos sindicais e sociais e a questão da plurinacionalidade ocupa uma posição central em tal iniciativa (Siman, 2023).

Nesse contexto de crise dos projetos de integração regional, a partir do estudo do caso da RUNASUR, almeja-se averiguar a viabilidade de propostas de integração fora do âmbito institucional, ao menos formalmente, como alternativa de integração regional na América Latina, que é fortemente marcada por modelos intergovernamentais, centrados no Estado-nação, e por um padrão descontínuo dos processos de regionalização encabeçados por esses modelos.

A RUNASUR, que nasce como alternativa à crise do regionalismo que vinha sendo construído desde o início dos anos 2000, além de colocar os povos originários e os movimentos sociais como protagonistas desse projeto, traz para os debates de integração a questão da plurinacionalidade, elemento central na proposta do novo bloco, ao pautar a plurinacionalidade como lógica subjacente aos mecanismos de integração, até então apenas centrados nas concepções “mononacionais” de Estado-nação e nos modelos de intergovernamentabilidade.

A despeito da centralidade dos Estados Nacionais nos processos de integração, desde a criação da Aliança Bolivariana dos Povos para a Nossa América (ALBA) como contraponto aos projetos neoliberais no continente, como foi o caso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma ampla rede de atores e movimentos sociais mobilizou suas lutas reivindicando “um outro mundo possível”. Assim, embora se reconheça a importância das dinâmicas estatais, os movimentos sociais de esquerda se mobilizaram para promover suas agendas e criar novas possibilidades no combate ao subdesenvolvimento e à dependência na América Latina e no Caribe. Na América do Sul, discussões sobre a refundação desses Estados Nacionais surgiram no âmbito do chamado novo constitucionalismo latino-americano (Menon et al., 2022). Entre os direitos reivindicados, destacam-se as teses do



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

*buenvivir*¹, com a promoção dos direitos da natureza, o reconhecimento da interculturalidade e maior soberania sobre os recursos naturais na gestão e participação democrática do Estado. Além disso, a tese da plurinacionalidade foi positivada nas novas Constituições da região.

A questão plurinacional vem ganhando espaço na política latino-americana desde o início do chamado ciclo progressista sul-americano (Santos, 2018) no começo dos anos 2000. A reivindicação de um Estado Plurinacional, sobretudo por parte de diversos movimentos de povos originários, entrou para a constituição do Equador em 2008 e da Bolívia em 2009. Houve ainda uma tentativa de incluir esta proposta em uma nova constituição no Chile em 2022, que foi rejeitada pela população. Além disso, foi planejada a implementação de uma nova constituinte no Peru pelo ex-presidente Pedro Castillo, que foi deposto em menos de dois anos de mandato, em 2022.

Dada a relevância do tema nos debates políticos nacionais de diversos países do subcontinente, discutir a questão da plurinacionalidade é, portanto, pertinente aos debates regionais e aos projetos de integração latino-americana. A proposta da RUNASUR parte, em especial, da experiência do Estado Plurinacional da Bolívia, considerado um caso de êxito do projeto plurinacional e tem o ex-presidente da Bolívia, que é da etnia *aymarae* vem do movimento sindical cocalero boliviano, Evo Morales, como um dos seus principais articuladores.

A escolha de trazer a Bolívia e o Peru para o estudo comparativo no âmbito da RUNASUR se dá pelo fato, que será explorado mais adiante, de que apesar das características geográficas e demográficas semelhantes – ambos países andinos e com a maioria da população de ascendência ao menos parcialmente indígena –, seguiram caminhos divergentes no que tange aos debates sobre a questão da plurinacionalidade. Pergunta-se, deste modo, como essa questão, fruto de processos históricos de cada país, influem em seus horizontes de integração regional.

Compreendemos aqui que a formulação da plurinacionalidade como projeto ou paradigma político emancipatório, parte necessariamente de um contexto mais amplo do que se pode

¹ O termo *Buen Vivir* que sintetiza uma cosmovisão de alguns povos indígenas da América do Sul, a qual é baseada em uma visão de mundo centrada no ser humano como parte da natureza. Ver mais Caudillo Felix (2012)



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

qualificar como questão nacional na América Latina. Desenvolvido primariamente dentro do pensamento crítico da alvorada do século XX, o conceito de questão nacional esteve intrinsecamente conectado aos movimentos de anti-coloniais que se desdobravam em África e Ásia, sendo primariamente a perspectiva da qual nações oprimidas por impérios coloniais enfrentaram a “questão” de como se emancipar. Cabe apontar que, apesar da independência formal já ter sido alcançada pelas nações latino-americanas ainda no século XIX, desde deste período se tem dentro da intelectualidade crítica da região uma forte tendência apontar este processo de independência como incompleto, com diversos fatores da “questão nacional” ainda irresolutos na América Latina (Ianni, 1988; Abelardo Ramos, 2014). Ao longo deste artigo, serão investigados elementos da particularidade da questão nacional na América Latina, porém cabe aqui já apontar que o paradigma plurinacional se desenvolve historicamente dentro dos debates sobre a questão nacional, apresentando-se como uma possível solução a esta questão.

Desse modo, partindo dos conceitos de plurinacionalidade e de questão nacional, este artigo buscará verificar a possibilidade de viabilidade desse tipo de projeto para a América Latina como um todo, tanto como um conjunto de estratégias para a construção de uma integracionismo regional alternativo – e um ferramental político para a construção de novos projetos nacionais – assim como uma tentativa de compreender o significado de uma proposta de integração como esta dentro do contexto regional latino-americano, que pode ser visto, a princípio, como uma estratégia de resiliência diante das incertezas das tendências regionais.

O artigo propõe realizar uma revisão bibliográfica com análise de documentos oficiais, declarações e entrevistas dos principais atores, artigos de periódicos e de imprensa sobre a RUNASUR, de modo que seja possível compreender as principais dimensões desse projeto e como se articula com os demais projetos de integração sul-americana. A pesquisa se desdobrará em dois principais eixos para discutir o projeto de integração alternativo da RUNASUR; primeiro, será feita uma contextualização do regionalismo latino-americano e a crise recente dos processos regionais, quando a RUNASUR foi proposta e, em seguida, uma revisão bibliográfica sobre a questão nacional e a plurinacionalidade, que são centrais à iniciativa da RUNASUR. Desta forma, o artigo aqui delineado ambiciona conectar a questão da plurinacionalidade aos projetos de integração regional e buscar entender seu papel e viabilidade no quadro regional latino-americano.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Partindo das questões apresentadas, este artigo terá como resultados esperados a obtenção de dados que permitam, por meio de sua análise crítica, trazer as algumas das contribuições da questão plurinacional aos horizontes de integração latino-americanos, bem como compreender o significado da proposta da RUNASUR dentro de um contexto regional mais amplo. Ao trazer os casos da Bolívia e do Peru para o debate, espera-se compor uma maior reflexão sobre a questão plurinacional na América Latina a partir de dois casos simultaneamente semelhantes e diferentes.

Deste modo, o artigo será dividido em quatro partes, além desta introdução; primeiro, uma seção de contextualização do cenário político regional latino-americano no período da criação da RUNASUR, junto a uma discussão dos principais conceitos e correntes teóricas da integração regional na América Latina; em seguida serão abordados os conceitos de questão nacional e da plurinacionalidade e o papel dos movimentos sociais e indígenas nos projetos de integração regional e na atuação da política externa; após essas reflexões, discutiremos como que as categorias previamente exploradas se encaixam dentro das experiências históricas do Peru e da Bolívia ao longo do período recente e, por fim, as considerações finais e discussão de resultados.

II. CONTEXTO REGIONAL LATINO-AMERICANO E REFERENCIAL TEÓRICO

A América Latina passou por diversos ciclos de integração regional e processos de regionalização ao longo de sua história independente (Briceño-Ruiz, 2018); alguns descrevem sua trajetória como pendular (Gremaud et al., 2023); outros como ciclos de politização-despolitização-repolitização ou “ondas” (Dabène, 2012); padrão *stop-and-go* (Schmitter, 1970; Corbey, 1995; Dabène, 2012); com frequência, a literatura sobre o tema faz alusão ao caráter predominante cíclico ou aparentemente instável das tentativas de integração e regionalização do continente (Sanahuja, 2016; Riggirozziy Tussie, 2012; Dabène, 2012; Briceño-Ruiz, 2020) e, mais recentemente, ao caráter fragmentado ou sobreposto desses processos (Pasquiarelo Mariano et al., 2021; Barros et al, 2020).

Dabène chama o regionalismo latino-americano de “oxímoro” pois apresenta “consistência, apesar da instabilidade, e resiliência, apesar da crise” (Dabène, 2012, p. 41). Muitos são os esforços acadêmicos para compreender esse padrão de evolução aparentemente descontínuo – porém resiliente – dos processos de integração regional; Sanahuja, por exemplo, enfoca na economia política internacional para explicar a mudança ou



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

continuidade nas “respostas adaptativas dos países latino-americanos a mudanças fundamentais na estrutura do sistema internacional” (Sanahuja, 2016, p. 32).

Dabène (2012) também oferece uma chave interpretativa, que se complementa à de Sanahuja, ao apontar a mudança de paradigmas como central para compreender a variação das ondas que são caracterizadas por ciclos de politização-despolitização-repolitização em *path-dependence* através de uma perspectiva histórica (Dabène, 2012). O conceito de *path-dependence* ou dependência da trajetória, é uma das perspectivas de análise histórica dentro da vertente institucionalista (Bernardi, 2012), a qual interpreta uma forte condicionalidade dos processos históricos anteriores e sua trajetória aos acontecimentos atuais; isto é, trata-se de um modelo de causalidade social que se reproduz condicionado a um legado histórico – o que leva a uma sequência de acontecimentos que são encadeados, gerando ciclos e padrões que se reproduzem em um *continuume* são difíceis de romper.

Esse modelo de interpretação, dentro do campo do institucionalismo histórico, considera que o conjunto de fatores no momento da formação das instituições e das políticas “exercem um efeito de estrangimento sobre o seu futuro desenvolvimento em razão da tendência inercial das instituições que bloquearia ou dificultaria subseqüentes mudanças” (Bernardi, 2012, p. 138). É a partir dessa ótica que Dabène analisa o padrão cíclico das tendências regionais do subcontinente. O autor explica que esses ciclos políticos podem ser compreendidos a partir de uma combinação entre “convergência e difusão”; a convergência decorreria do ambiente político em um determinado período em que distintos “grupos de países com interesses semelhantes promovem esquemas de integração à medida que os governos endereçam coletivamente questões semelhantes de maneira similar” (Dabène, 2012, p.5).

O processo de convergência pode ser produto de difusão de ideias e normas – e é aí que entra o conceito de difusão –, ou pode ser originado de maneira espontânea, como consequência de crises econômicas, por exemplo, que podem levar a reações similares e fazer com que os países ajam de maneira coordenada para enfrentar os novos desafios (Dabène, 2012). Em outras palavras, cada “onda” é moldada por um paradigma dominante e as altas e baixas das marés são movidas pela força gravitacional das mudanças de paradigmas. Além disso, os modelos institucionais dos projetos de integração, e como se



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

articulam esses arranjos em torno de novos consensos e objetivos da integração, são considerados centrais para essa trajetória pendular.

Destaca-se, por exemplo, o modelo intergovernamental como arranjo institucional preferencial das iniciativas de integração latino-americanas, isto é, a centralidade do Estado-nação na condução do processo de regionalização em detrimento de uma estrutura supranacional, tal qual o modelo europeu (Briceño-Ruiz, 2018). Este aspecto é frequentemente atribuído como uma das variáveis de instabilidade do processo de integração, uma vez que a intergovernabilidade nos desenhos institucionais regionais se apresenta como denominador comum na trajetória da integração da América Latina, independentemente da “ideologia” do ciclo político (Sanahuja, 2008). Neste sentido, os processos e iniciativas de integração, em grande medida, ficam condicionados às políticas governamentais e não a políticas estaduais mais amplas e estáveis, devido a esse cenário de fragmentação ideológico-partidária. Atualmente, observam-se também tendências de desintegração econômica regional devido à entrada de outros atores significativos no cenário do comércio internacional.

Como consequência, os projetos de integração ficariam suscetíveis às transições de governos e seus respectivos ciclos políticos, ou a integração mesma seria “politizada” por espectros ideológicos predominantes, o que levaria a uma convergência do processo em determinado momento, no entanto, mudaria de direção assim que os ventos políticos mudassem, o que impediria uma continuidade linear ou progressiva do processo.

Alguns autores consideram a politização do processo de integração como o motivo da inconsistência do processo (Nye, 1965; Vargas-Hidalgo, 1979; Dabène, 2012), pois quando há “viradas” na conjuntura política esse processo se desfaz. Dabène, por outro lado, discorda, o autor afirma que é o grau de politização de um determinado ciclo que o impede de se desfazer completamente no ciclo seguinte (Dabène, 2012). Isto porque, para pensar o regionalismo latino-americano, também é preciso considerar a vulnerabilidade das economias latino-americanas frente aos ciclos econômicos mundiais, bem como a pressão de agentes externos (Sanahuja, 2016) e as pautas de desenvolvimento econômico (Riggirozzi, 2012) – questões centrais nas agendas políticas dos governos latino-americanos e que impactam nos rumos da integração.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Dessa forma, ciclos de politização na integração regional são entendidos como quando os “atores consideram a integração econômica como um instrumento de atingir objetivos políticos, como resolução de crises ou consolidação da democracia” (Dabène, 2012, p. 42), ou ainda, para fomentar o desenvolvimento econômico e alcançar autonomia política; o ciclo de despolitização, por sua vez, é quando a convergência desses objetivos em comum que levam a estratégias similares se desfaz e a integração se reduz ao livre comércio e ao enfraquecimento institucional (Dabène, 2012). O que é consenso na literatura sobre os ciclos de politização e sobre os esforços empreendidos nas iniciativas de integração é o horizonte de autonomia política, o desenvolvimento econômico (Briceño-Ruiz, 2018) e a centralidade do Estado-nação (Sanahuja, 2008).

Briceño-Ruiz (2018) ressalta a importância de levar em consideração as motivações e os diferentes contextos históricos do conjunto de países que se articula em torno de um processo de integração, e pontua que tais aspectos são substancialmente diferentes nos países da América Latina quando comparados à experiência europeia. O autor afirma que a integração regional da América Latina, ao contrário da europeia – que é baseada nas teorias neo-funcionalistas que concebem a integração regional como uma forma de superação do Estado no contexto pós-Segunda Guerra Mundial –, não é vista como um mecanismo de transcender o Estado-nação e, sim, como um instrumento para fortalecê-lo (Briceño-Ruiz, 2018). A soberania nacional e sua autonomia frente a potências externas, portanto, constrói-se como um princípio norteador do processo de integração dos Estados recém-formados até os dias atuais.

Também é preciso destacar o papel dos movimentos sociais, partidos políticos e sociedade civil como atores importantes nos processos de integração regional na América Latina. Dabène cita como exemplo o Foro de São Paulo e o Fórum Social Mundial nos anos 1990 e começo dos anos 2000. O autor demonstra como a articulação desses movimentos e organizações foi uma “experiência transnacional de discussão de alternativas ao liberalismo e contribuiu para a construção de um novo paradigma a respeito da integração regional” (Dabène, 2012, p. 17).

Garino (2020), por sua vez, também aborda como os movimentos transnacionais foram promotores da transição do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico (Riggirozzi y Tussie, 2012) ao analisar o papel da Aliança Social Continental (ASC), que foi uma grande



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

coalizão de movimentos sociais no continente americano contra a implementação da Área Livre de Comércio das Américas (ALCA), fundamental para a construção de uma nova agenda de integração latino-americana, e com grande influência na construção do projeto de integração da Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos - ALBA-TCP (Garino, 2020; Rodrigues Lazarini et al., 2022)².

A articulação dos movimentos sociais transnacionais pode, portanto, ser considerada como importante construtora de novos paradigmas e consensos e de novos modelos de integração regional. A atuação desses movimentos contribuiu para impulsionar uma nova onda na integração da América Latina no início dos anos 2000, a chamada onda pós-hegemônica ou pós-liberal, da qual surgiram os projetos de integração da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), em 2008, Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), em 2004, e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) em 2011.

O regionalismo pós-hegemônico emergiu durante a “maré rosa” ou a chamada “Onda Progressista Sul-americana” (Santos, 2018; Panizza, 2006) no continente, a virada à esquerda dos governos eleitos no começo dos anos 2000 – um novo ciclo de politização – em que os preceitos do Consenso de Washington (Williamson, 2004) colhiam resultados devastadores na economia e no âmbito social e o regionalismo aberto, como estratégia de melhor inserção internacional através da liberalização econômica, apresentava sinais de esgotamento (Oliveira, 2014). Como regionalismo pós-hegemônico, conceito trazido ao contexto latino-americano por Riggiozzi e Tussie (2012), pode-se atribuir ao fim de uma “hegemonia”, tanto dos Estados Unidos como *hegemon* quanto à hegemonia do neoliberalismo como paradigma norteador dos processos de desenvolvimento econômico e integração.

Deste modo, as alternativas de integração construídas nesse novo ciclo político progressista se deram junto à atuação dos movimentos sociais transnacionais de impugnação ao consenso neoliberal do período dos anos 1990 que promovia o chamado “Regionalismo Aberto”, termo cunhado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1994 para designar a nova estratégia de recuperação e inserção econômica internacional da região. O termo “aberto” vem justamente de um processo de abertura

² Para mais informações sobre a ALBA, ver Benzi (2017).



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

econômica, eliminação de barreiras comerciais, incentivo a privatizações e investimentos estrangeiros, bem como o estabelecimento de acordos preferenciais com outros blocos regionais, aumentando as relações de interdependência regional em um contexto de globalização e desregulação econômica. O projeto de integração, dessa forma, era visto como uma etapa para uma maior liberalização e competitividade econômica no cenário mundial (Oliveira, 2014). Nesse contexto, surgiram blocos econômicos regionais como a Área Livre de Comércio para as Américas (ALCA) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, a Comunidade Andina (CAN) em 1996 e o próprio MERCOSUL em 1991 (Observatório de Regionalismo, 2023).

Em outra direção, os projetos de integração do ciclo chamado “pós-neoliberal” voltaram-se para o desenvolvimento econômico a partir de uma maior cooperação dentro da própria região sul-americana, com foco no fortalecimento das economias nacionais e na construção de uma maior autonomia e soberania regional dos Estado-nação sul-americanos na arena internacional – objetivos dos quais os projetos de integração foram um de seus principais instrumentos. Desta maré, também teve como resultado modelos intergovernamentais de integração com centralidade no papel dos Estados assim como no regionalismo aberto. Neste ponto, podemos nos perguntar: de qual Estado estamos falando? Quais são seus principais enunciadores? Há relação de correspondência entre a sociedade e o projeto de integração?

A partir de 2015, a maré recuou e o ciclo político do continente deu um giro à direita, dando início a uma nova fase do regionalismo latino-americano; houve um grande esvaziamento das instituições criadas no ciclo progressista e uma paralisação dos principais projetos e esforços conjuntos para a integração. Encruzilhada (Gomes, 2020), impasse (Briceño-Ruiz, 2020), crise (Sanahuja, 2016), fragmentação (Barros; Gonçalves; Samurio, 2020), regionalismo líquido (Pasquiarello Mariano et al., 2021) foram alguns dos termos utilizados para descrever a situação do regionalismo latino-americano nesse período. Quando o pêndulo parecia estar prestes a cair, surge a proposta da RUNASUR.

III. QUESTÃO NACIONAL E PLURINACIONALISMO NA AMÉRICA LATINA

O conceito de questão nacional, assim como os de nação e nacionalismo, é marcado historicamente por uma profunda ambiguidade e cacofonia no que tange às definições e abordagens teóricas, sendo uma tarefa quase inexecutável a apresentação de uma definição



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

consensual sobre estas categorias (Anderson, 2000). Desta forma, qualquer interpretação da questão nacional na América Latina precisa reconhecer a amplitude e a heterogeneidade da qual tal conceito se desdobra. Consequentemente consideramos que a compreensão da categoria necessita do que aqui denominamos de uma plasticidade epistemológica, que compreendemos como qualidade de um conceito cuja definição se transmuta ao ser aplicado em diferentes contextos históricos e geográficos.

Octavio Ianni (1988) aponta a questão nacional como um elemento que historicamente se mantém central nas lutas sociais e políticas da América Latina, desde seus processos de independência política dos impérios ultramarinos europeus até a contemporaneidade. Retomando uma longínqua tradição de reflexão intelectual sobre a categoria de questão nacional na América Latina, Ianni parte da concepção em que a categoria de nação pode ser definida como uma “configuração histórica, em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais” (Ianni, 1988, p. 5)³.

Deste ponto de partida, Ianni aponta como generalizado o carácter inacabado das formações nacionais latino-americanas, indicando que a manutenção de estruturas de poder coloniais pós-independência como o latifúndio, a brutal segregação e exploração das populações indígenas e afro-diaspóricas, a presença constante de governos autoritários, a extrema desigualdade socioeconômica e a generalizada interferência e ingerência de carácter imperialista dos Estados Unidos na região, impede a consolidação de qualquer projeto realmente nacional (Ianni, 1988).

Para Ianni, a perspectiva de uma revolução “nacionalista-burguesa” na América Latina não se mostra como um horizonte viável, sendo as burguesias latino-americanas fortemente atreladas à exportação de produtos primários e tendo laços umbilicais tanto com as oligarquias latifundiárias como com o imperialismo. Para o sociólogo brasileiro, as revoluções independentistas na América Latina se mostraram como coloniais e não

³ Cabe apontar que a escolha do uso da categoria de “questão nacional” neste artigo, em detrimento a outras como “nação” e “nacionalismo”, se dá justamente pelo fato de que aquela aponta, como desenvolvido por Ianni, a problemática da incompletude de um projeto nacional causada por uma série de contradições internas e externas no tecido social de uma nação. Consideramos que esta categoria centrada na contradição abre um importante potencial explicativo para a compreensão da intersecção entre nacional e internacional em projetos de integração na América Latina.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

nacionais, sendo a solução da questão nacional na região necessariamente atrelada às revoluções populares e socialistas (Ianni, 1988).

Em uma toada semelhante à de Ianni, José Carlos Mariátegui trouxe em seu ensaio *Ponto de Vista Antiimperialista* (Mariátegui, 2005) a inviabilidade de um projeto nacional-popular e antiimperialista que se baseie na coalizão entre classe trabalhadora e burguesia nacional, defendendo que as raízes oligárquicas e coloniais das burguesias latino-americanas, em conjunto com seus interesses materiais na manutenção de uma economia baseada na exportação de matérias primas, tornam-nas avessas à construção de um projeto nacional de capitalismo autônomo, aliando-se com o latifúndio e o imperialismo.

Ao descrever o caráter antinacional das burguesias latino-americanas, Mariátegui aponta que “as burguesias nacionais, que vêem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de ganhos, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocupar seriamente com a soberania nacional” (Mariátegui, 2005, p.130). Desta forma, assim como para Ianni, Mariátegui não vê, nas burguesias latino-americanas, potencial ou interesse político na realização do que a historiografia marxista denomina de revolução burguesa, estando satisfeita na posição de sócia menor do imperialismo, impondo à revolução popular o papel histórico de solução da questão nacional. Cabe aqui apontar também o conceito que González Casanova (2008) desenvolve de “colonialismo interno” para debater a construção do Estado-nação capitalista em países de passado colonial e compreender as contradições entre o governo nacional e as identidades neo-colonizadas.

Do Estado colonial ao independente, a ideia de colonialismo interno tem sua raiz nos fenômenos de conquista, em que as “populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal” (González Casanova, 2008, p. 432); isto é, tem antecedentes na exploração e opressão de uns povos por outros e, depois, transfigura-se em novas formas de exploração e opressão sob a égide da modernidade (González Casanova, 2008, p. 432).

González Casanova (2008) afirma que os povos colonizados pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes ao colonialismo em nível internacional tais como: 1) habitar um território sem governo próprio; 2) viver em situação de desigualdade frente às elites e etnias dominantes; 3) sua administração jurídico-política diz respeito às etnias dominantes; 4) esses povos não participam dos principais cargos políticos, a não ser como “assimilados”; 5)



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

a situação política, econômica e cultural é regulada e imposta por um governo central; 6) os colonizados no interior do Estado-nação pertencem a uma raça “distinta” a do governo central e é considerada inferior; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional” (González Casanova, 2008, p. 432).

Por fim, partindo das contribuições teóricas aqui apresentadas, cabe uma breve explicação do fenômeno do plurinacionalismo, situando sua compressão como elemento da questão nacional na América Latina. Dada a compreensão de que os Estados e os ordenamentos jurídicos latino-americanos surgem de forma exógena às populações originárias, sendo elaborados e implementados pelas elites de ascendência europeia e se espelhando nos Estados europeus e estadunidense, o paradigma plurinacional surge como uma alternativa histórica a tal condição, possibilitando um ordenamento do Estado que reflita a realidade diversa das sociedades da América Latina (Wolkmer e Fagundes, 2013).

Partindo de uma crítica ao modelo de Estado Nação homogeneizante e eurocêntrico que se torna dominante na América Latina desde os processos de independência política formal no século XIX, o paradigma plurinacional emerge como uma proposta alternativa em que a diversidade interna das sociedades latinoamericanas e a permanência de seus povos indígenas se apontam como caminho e não obstáculo à solução da questão nacional (Précoma et al., 2019).

Cabe apontar que o plurinacionalismo também apresenta um importante giro na relação entre povos indígenas e o Estado, em especial nos contextos boliviano e equatoriano. Se nestes países a relação desses povos frente ao Estado se caracteriza historicamente pelo antagonismo e resistência frente a processos de etnocídio, o paradigma plurinacional surge como uma superação do Estado nacional e homogeneizado pelo conceito de Estado plurinacional, que se efetivaria no processo que se desenvolveria na Bolívia e Equador ao início do século XXI dentro do que se denomina Novo Constitucionalismo Latino-americano (Wolkmer e Fagundes, 2013).

Baseando-se na concepção de pluralismo jurídico, o conceito de Estado plurinacional, que tomou força a partir do fenômeno do Novo Constitucionalismo Latino-americano na Bolívia e no Equador, se apresenta como uma alternativa ao Estado de ordenamento eurocêntrico e de herança colonial então dominante na América Latina, abarcando a validade das normas e leis consuetudinárias de povos originários dentro da constituição e reconhecendo legalmente



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

a pluralidade não apenas cultural, mas também linguística, societal, legal e nacional dos Estados latino-americanos, em um projeto de descolonização do poder político estatal (Wolkmer y Fagundes, 2013).

Desta forma, as alternativas que se apresentaram ao longo do início do século XXI na América Latina para a solução dos profundos dilemas apresentados pela questão nacional na América Latina, como a opressão de povos indígenas, o domínio político e econômico por parte de elites brancas e a frágil soberania nacional e popular possuem particularidades consideráveis. Se processos de lutas anticoloniais e de libertação nacional que marcaram a segunda metade do século XX na África e na Ásia caracterizavam-se pela criação de novos Estados independentes dentro de um paradigma de Estado nacional; os processos que decorrem na América Latina, em especial na Bolívia e no Equador, partem especificamente na transformação de Estados nacionais homogeneizantes e etnocêntricos em Estados Plurinacionais (Précoma et al., 2019).

Nos parágrafos seguintes será explorado, por meio de um recorte histórico que foca de forma sucinta desde o século XX até a atualidade, o desenvolvimento das contradições ligadas à questão nacional na Bolívia e no Peru, sendo dada atenção, em particular, à atuação de povos indígenas, ou o impedimento desta, nos processos políticos e na construção de projetos nacionais nos respectivos países. Aqui, será investigado como que elementos históricos e políticos, assim como particularidades da formação social, levaram ao sucesso do paradigma plurinacional na Bolívia e sua frustração, até o momento presente, no Peru.

Antes desta empreitada, cabe um brevíssimo ponto sobre o Estado Plurinacional no Equador. Sendo, assim como os dois países supracitados, um país localizado na sub-região andina e caracterizado por uma população majoritariamente de origem indígena, o Equador é particularmente relevante por ter sido o primeiro Estado a se declarar como Estado Plurinacional, em sua nova constituição adotada em 2008. Apesar de não estar dentro do enfoque desta pesquisa, que visa abordar trajetórias distintas da plurinacionalidade; cabe aqui apontar o elemento profundamente pioneiro da constituição equatoriana, que por meio do paradigma plurinacional, apresenta de forma inédita dentro de um texto constitucional conceitos relacionados ao reconhecimento da justiça consuetudinária indígena, ao Buen Vivir e à compreensão da natureza como sujeito de direito (Wolkmer y Fagundes, 2013).



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

IV. BOLÍVIA, UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO ATÉ A FORMAÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL

“Estado aparente”, assim o sociólogo boliviano, René Zavaleta Mercado, define o Estado da Bolívia durante o século XX (Zavaleta, 1986). O termo faz referência à não correspondência entre as instituições do Estado “moderno” e a nação boliviana, cuja população é composta por 70% de pessoas consideradas indígenas e campesinas (Closs, 2020). Esta não correspondência é atravessada por intensos marcadores sociais; Fuser (2016) fala de uma “*apartheid* social e político” na Bolívia em que, por um lado, há uma república moderna – ao menos em seu aspecto formal –, com todo o aparato jurídico e institucional de um país “moderno” aos moldes norte-americanos e europeus, governado por uma elite – branca – que representa o mesmo “projeto econômico em um sistema partidário monoclássista” (Tapia, 2007, p. 48). E, por outro lado, há a maioria da população boliviana – sobretudo indígena – às margens desse Estado (Fuser, 2016).

Aqui cabe o resgate de elementos históricos para se compreender a complexa formação social da Bolívia ao trazer as formas que as instituições coloniais foram estabelecidas para refletir sobre as suas implicações posteriores. O historiador Herbert Klein relata que os espanhóis adaptaram-se às configurações das comunidades indígenas existentes, concedendo-lhes certa autonomia sob uma tutela colonial para explorar mão de obra e recolher tributos dessas comunidades, as *encomiendas* (Klein, 2014). Deste modo, diversos grupos e comunidades coexistiam sob o jugo colonial, um arranjo estruturado para a exploração da população indígena. Como aponta Cunha Filho, em 1825, após a Independência, parte deste arranjo foi mantido: a permanência da exclusão dos povos originários das novas instituições e a dependência das estruturas herdadas do período colonial; mais da metade dos recursos do novo Estado era dependente do Tributo Indígena⁴ (Cunha Filho, 2014). Ou seja, continuou essa configuração de coexistência de comunidades diversas da sociedade boliviana e a exploração e exclusão da maior parte da população.

Closs (2020), por sua vez, argumenta que a compreensão da Bolívia do século XXI deve passar necessariamente pelo entendimento dos significados da Revolução Nacional de 1952, pois é a partir dela que se inicia a história moderna do país (Domingues, 2009 *apud* Closs, 2020, p. 37). A partir desse momento, houve o esforço de integrar parte da população indígena através de tentativas de assimilação, como a inserção no mercado de trabalho,

⁴ Tributo Indígena: imposto criado pela coroa espanhola sobre as comunidades indígenas. Ver mais em Cunha Filho (2014)



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

concessão de terras individuais dentro de uma lógica campesina, e o surgimento de uma narrativa nacional de mestiçagem e miscigenação da população boliviana em detrimento de uma afirmação de identidade indígena (Closs, 2020).

No que tange aos processos que levariam a ebulição social da Revolução Nacional de 52, cabe apontar os processos de longa duração que a tornaram possível. Como aponta Klein, a completa deslegitimação da elite oligárquica boliviana causada pela substancial perda de território e vidas decorrente de uma série de conflitos em que se pode destacar a Guerra do Pacífico (1879-1883) e a Guerra do Chaco (1932-1935), a brutal concentração de terras e renda e a manutenção da opressão dos povos indígenas, levaram ao surgimento de diversos movimentos populares nacionalistas e socialistas revolucionários, que atuaram na intensificação da agitação social que levou ao processo revolucionário (Klein, 2016).

Apesar dessas tentativas de fundar uma nova república a partir de uma identidade e narrativa social e histórica comum, os níveis de desigualdade e exclusão social seguiram aumentando em meio a frequentes crises institucionais (Closs, 2020). Esta é a origem desse “Estado aparente” a que Zavaleta (1986) se referia e, para melhor entendê-lo, o sociólogo cunha o termo de “sociedade *abigarrada*”⁵ para compreender a formação social boliviana e desvelar as tensões das relações Estado-sociedade no país. A sociedade boliviana, segundo essa interpretação, seria composta por “muitas sociedades e civilizações justapostas, com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as outras” (Cunha Filho, 2014, p. 168-169).

A tentativa de consolidar uma “homogeneização modernizadora” em um país com formação social abigarrada gerou diversas instabilidades e crises políticas; a falta de uma linguagem mediadora comum e os limites à soberania de um Estado perante uma sociedade múltipla que habita um mesmo território são fortes elementos dessas crises (Cunha Filho, 2014). Tapia (2007) elabora a ideia de “crise de correspondência” do Estado aparente como uma das tentativas de interpretar alguns dos caminhos que levaram à formação do Estado Plurinacional da Bolívia:

Se trata de una crisis de correspondencia entre el estado boliviano, la configuración de sus poderes, el contenido de sus políticas, por un lado, y, por el otro, el tipo de

⁵Abigarrado em espanhol significa composto por muitos elementos diversos e sem conexão entre si.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

diversidad cultural desplegada de manera auto-organizada, tanto a nivel de la sociedad civil como de la asamblea de pueblos indígenas y otros espacios de ejercicio de la autoridad política que no forman parte del estado boliviano, sino de otras matrices culturales excluidas por el estado liberal desde su origen colonial y toda su historia posterior (Tapia, 2007, p. 48).

O autor afirma que sempre houve essa crise de correspondência no Estado Boliviano, entre as suas instituições políticas que representam uma cultura dominante e a diversidade de povos e culturas que existem no país (Tapia, 2007, p. 50), como assinala Cunha Filho: “O Estado boliviano nasceu de forma elitista imaginando uma nação calcada na exclusão da maioria de sua população por critérios raciais” (Cunha Filho, 2014, p. 177).

Para complementar essa reflexão, trazemos novamente o conceito de González Casanova (2008) de “colonialismo interno” para debater a construção do Estado-nação capitalista em países de passado colonial e compreender as contradições entre o governo nacional e as identidades neo-colonizadas. O colonialismo interno, sobre as quais se erguem os Estados-nação marcados pelo histórico colonial, tem suas contradições e conflitos ainda mais nítidos e acentuados em um país como a Bolívia, cuja maioria da população é indígena ou campesina com formas de organização comunitárias, com culturas, etnias e idiomas – uma sociedade abigarrada — distintos de tudo que representa o governo central do Estado-nação capitalista “moderno”.

Desse modo, a Bolívia é marcada pela conflituosa relação entre as particularidades de sua sociedade “abigarrada” e o “universalismo” do colonialismo interno. A falta de uma articulação que comportasse a heterogeneidade da população (Domingues, 2009 *apud* Closs, 2020) gerou tensões que foram marcadas pelo crescente processo de organização dos movimentos populares— que sempre estiveram presentes, mas retomaram fôlego nesse período — com destaque aos sindicatos campesinos, assembleias de povos indígenas e às *juntas vecinales* (Tapia, 2007, p. 49).

Os conflitos intensificaram-se após algumas décadas de neoliberalismo que reverteram as bases nacionalistas do governo, iniciadas com a Revolução de 1952 (Fuser, 2016), colocando em prática os ajustes estruturais do Consenso de Washington (Harvey, 2000) que degradaram ainda mais o tecido social boliviano e tiveram o seu ápice nas tentativas de



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

privatização da água e do gás, que deram origem aos acontecimentos conhecidos como “Guerra da água”⁶, entre 1999 e 2000, e “Guerra do gás”⁷ em 2003.

Começa, então, um novo ciclo de lutas populares na Bolívia com o protagonismo de movimentos originários e camponeses (Fuser, 2016) e, pela primeira vez, em 2006, um dirigente sindical *cocalero* da etnia aymara, Evo Morales, assume a presidência da Bolívia pelo “Movimiento al Socialismo” (MAS) (Closs, 2020). A chegada de Evo Morales à presidência marca um novo ciclo político na história da Bolívia e se soma ao caldo da Maré Rosa, ou a Onda Progressista sul-americana (Santos, 2018) que se iniciou com a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1998. Esta grande mudança de trajetória foi acompanhada de intensas mobilizações sociais com articulação e organização dos povos originários. Fala-se de um “entroncamento desse processo entre os horizontes políticos do nacional-popular e o indianismo-comunitário”, como as “duas grandes tradições de movimentos políticos subalternos bolivianos como condição de possibilidade da construção do artefato institucional qualitativamente novo do Estado Plurinacional” (Cunha Filho, 2014, p. 177).

O movimento indianista-comunitário tem suas raízes na década de 1960 com o *katarismo*⁸, movimento racialmente centrado, que articulou as pautas de classe com as lutas indígenas e se consolidou como um dos principais instrumentos políticos dessas lutas, que também está na origem da formação do MAS (Closs, 2020). A luta das comunidades indígenas convergiu-se, então, com os movimentos chamados nacionais-populares, termo cunhado por Zavaleta, “que tiveram por objetivo um horizonte de expansão da nação boliviana englobando todo o povo e democratizando seu Estado” (Cunha Filho, 2014, p. 177). Segun o mesmo autor, “a crise do Estado neoliberal e o quinquênio de lutas 2000-2005 geraram uma conjuntura crítica que aproximou movimentos e atores das duas tradições em torno de uma agenda

⁶Intenso processo de lutas sociais que se centra inicialmente no departamento de Cochabamba mas se irradia nacionalmente, ocorre em resposta a privatização das reservas de água do departamento para uma subsidiária da corporação estadunidense Bechtel e o considerável aumento no valor da água em consequência. As mobilizações de massas seriam bem sucedidas em forçar o governo a reverter a privatização da água. Ver mais em Fuser (2016)

⁷ Outro intenso processo de lutas sociais, este em resposta à exportação do gás natural boliviano aos Estados Unidos. Solidificando a força de movimentos sociais já emergentes após a Guerra da Água, a Guerra do Gás levou à renúncia do governo neoliberal de Gonzalo Sánchez de Lozada e contribuiu para a eleição de Evo Morales à presidência em 2006. Ver mais em Fuser, (2016).

⁸ Movimento indígena aymara das décadas de 1960 e 1970, em referência ao líder indígena Tupac Katari do século XVIII, retoma a identidade indígena no campo político em contraposição à construção da narrativa de mestiçagem do povo boliviano da Revolução de 1952.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano

DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

comum que resultou na eleição de Evo Morales” (Cunha Filho, 2014, p. 181). É nesse contexto, então, de crise do neoliberalismo na América Latina, que o acirramento dos conflitos em torno da exploração dos recursos naturais do país atravessou o espaço “abigarrado” boliviano, mobilizando simultaneamente questões provenientes do nacional-popular e do originário. A implementação do Estado Plurinacional da Bolívia foi um projeto dessa conjuntura, mas que já estava em gestação há muito tempo.

O principal ponto da nova Constituição da Bolívia não foi apenas o reconhecimento das etnias e direitos dos povos indígenas (Jaramillo, 2023), algo já previsto na Constituição anterior, mas uma renúncia à “lógica homogeneizante do Estado-nação” tal como foi forjada em sua lógica “moderna” e “universal”. Tratou-se, portanto, de incorporar uma institucionalidade à heterogeneidade da sociedade “abigarrada”, indo além do reconhecimento cultural e lingüístico mas, também, incorporar e validar as diferentes lógicas econômicas e políticas das várias nações que compõem o Estado boliviano. Porém, não se trata de “uma ideia de diversidade sob o manto protetor do Estado” e sim, de criar condições propícias aos processos autônomos (Jaramillo, 2023). O Estado Plurinacional da Bolívia, portanto, subverte a lógica do Estado aparente em seu “verniz homogeneizador” e procura construir uma correspondência com a sua sociedade ao incorporar o “abigarrado” em sua estrutura. As articulações em torno do plurinacional farão, a partir de então, parte do léxico e da prática política desse país tanto no âmbito doméstico, como no internacional, o que é explorado adiante com a proposta da RUNASUR.

V. PERU, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E FRUSTRAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Ao investigar a formação histórica e social de seu país, o jornalista e intelectual revolucionário peruano José Carlos Mariátegui aponta a opressão do campesinato indígena pelo latifúndio como o “problema elementar do Peru” (Mariátegui, 2005, p. 88). Ao definir como a principal contradição social do país as questões indígena e camponesa, denunciando o ataque ao *ayllu*⁹ camponês e indígena realizado pelo *gamonalismo*¹⁰,

⁹ Forma de propriedade coletiva da terra realizada pelos povos andinos durante o período incaico que sobrevive precariamente como forma de resistência ao longo da colonização espanhola e que durante o período republicano pós-independência sofreria novos ataques por meio da intensificação da propriedade privada capitalista na região serrana do Peru.

¹⁰ Sistema de propriedade latifundiária da terra na região serrana do Peru em que, mesmo após a independência do país, permanecem relações de servidão e trabalho forçado, análogas a modos de produção pré-capitalistas, em que a classe do gamonales ao expropriar terras previamente comunitárias indígenas, exploram violentamente a mão de obra camponesa indígena.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Mariátegui estabelece uma relação triangular entre as questões nacional, indígena e camponesa, concebendo ao campesinato indígena como principal agente revolucionário na realidade peruana e apontando a necessidade de uma revolução de caráter socialista para a solução da questão nacional na América Latina de forma geral e, no Peru em particular (Mariátegui, 2010).

O período denominado pela historiografia peruana como República Aristocrática (1895-1919), marcado pela hegemonia do Partido Civilista e a aliança entre a nascente burguesia urbana do país e o latifúndio, pode ser apontado como um momento de particular centralidade para a história política do Peru, sendo a partir das contradições históricas deste período que o avanço *gamonalismo* sobre *ayllu* por meio da expansão do capitalismo na Serra peruana leva à intensificação da luta de classes no campo, assim como a embrionária industrialização nos centros urbanos costeiros leva à formação de uma classe trabalhadora que começa, então, a se organizar politicamente (Kaysel, 2018).

Para André Kaysel (2018), as contradições aqui apresentadas que marcam o período da República Aristocrática levariam eventualmente ao seu colapso e, em sequência, à ascensão do governo autoritário de Augusto Leguía, em que a modernização conservadora da economia, atrelada à aproximação com capitalismo estadunidense e a intensificação da repressão aos movimentos operário, estudantil e indigenista, então nascentes. É neste período de transição que Mariátegui produz sua obra, assim como outros intelectuais, como Victor Raúl Haya de la Torre¹¹ e Manuel González Prada¹², concomitantemente à formação da Aliança Popular Revolucionária Peruana (APRA) e ao Partido Comunista Peruano (PCP), no que reverbera em uma longa tradição de movimentos revolucionários e populares no país (Kaysel, 2018).

Após o fim do governo de Leguía em 1930, a sociedade peruana passa por um período de efervescência política, com o fortalecimento político da APRA concomitante a uma série de governos militares e conservadores. Enquanto a política institucional dominava a realidade urbana, ao longo das décadas de 50 e 60, uma série movimentos populares e

¹¹ Fundador, assim como liderança intelectual e política, da Aliança Popular Revolucionária Peruana (APRA). Exponente central do pensamento nacionalista popular no Peru assim como uma figura central na história política do país.

¹² Escritor e intelectual anarquista, é amplamente compreendido como fundador da corrente radical do indigenismo no Peru. Sua obra centrada em um nacionalismo popular e autóctone o tornará figura basilar no pensamento radical peruano, influenciando diretamente Mariátegui e Haya de la Torre.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

revolucionários emergiram na Serra peruana, entre os quais se destacam o levante camponês liderado por Hugo Blanco e a guerrilha realizada pelo *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria* (MIR), que apesar de sua relevância política no campo, viriam a ser derrotados pela força repressiva do Estado peruano, não sendo capazes de realizar a reforma agrária por meio da luta popular ou uma revolução social. Não obstante, uma reforma agrária seria realizada no Peru, porém divergentemente do caso boliviano em que a reforma foi consequência de uma revolução social, no caso peruano será realizada “de cima para baixo” pelo governo militar do general Juan Velasco Alvarado (Rénique, 2009).

Em meio à instabilidade política gerada pelo embate entre o presidente Fernando Belaúnde Terry (1963-1968) e o congresso, então hegemônico pelo APRA, uma parcela das forças armadas lideradas pelo general Velasco Alvarado realizam em 1968 um golpe de Estado em que Belaúnde Terry e o congresso aprista são depostos. De forma profundamente dissonante aos demais regimes militares latino-americanos do período da Guerra Fria, o governo de Velasco Alvarado não se baseou no conservadorismo e no anticomunismo, mas sim em um projeto popular nacionalista de discurso revolucionário, em que promoveu reformas educacionais e culturais, aplicou modelos cepalinos na economia e, no que seria de singular relevância para a questão nacional no Peru, realizou uma reforma agrária no país (Rénique, 2009).

Ao eleger como prioridade política a liquidação dos resquícios do latifúndio na Serra peruana por meio da reforma agrária, promovendo simultaneamente a co-gestão, a autogestão e o restabelecimento de comunidades agrárias indígenas, Velasco Alvarado colocara a última pá de cal sobre o já decadente *gamonalismo*. No entanto, a realização dessa reforma, que foi “de cima para baixo”, apresentou uma série de contradições que trariam novas consequências na sociabilidade peruana (Rénique, 2009). Destas, talvez a mais impactante no longo prazo seja a cisão promovida pelo governo entre as identidades camponesa e indígena.

Enquanto o governo de Velasco Alvarado tomou medidas importantes em uma agenda de emancipação do campesinato indígena, podem ser destacadas, além da reforma agrária, o reconhecimento do quéchua como um idioma nacional e a proibição de termos racistas anti-indígenas, este processo foi também marcado pela promoção de uma identidade



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

estritamente camponesa, buscando desvencilhar as identidades étnicas¹³. Tal redução do indígena à condição estrita de camponês se mostrará como um importante elemento para a compreensão de porquê, ao contrário do Equador e da Bolívia, pautas como o Estado plurinacional e o Bem Viver tiveram relativamente pouca força política no Peru (Santos, 2018).

Com o fim do governo das forças armadas e a redemocratização do Peru, os partidos localizados à esquerda no Peru encontraram-se em uma posição de predominância singular na região, com o APRA, então já em um Estado profundamente mais moderado e conservador, sendo capaz de eleger Alan García à presidência (1985-1990) e o partido *Izquierda Unida* (IU), formado por diversas organizações marxistas e populares como alternativa à esquerda do APRA, se consolidando como segunda força política (Santos, 2018). No entanto, a hegemonia política da esquerda peruana seria de curta duração, marcada por uma série de contradições internas que levariam eventualmente à sua derrota e à ascensão do neoliberalismo encabeçado por Alberto Fujimori em 1990¹⁴ (Santos, 2018).

Partindo de uma posição de extremo sectarismo e violência, a guerrilha *Sendero Luminoso* realizou atentados e assassinatos contra diversas lideranças camponesas, indígenas e populares, apostando em uma estratégia aceleracionista na qual o país entraria em um estado de “guerra popular prolongada”. Não obstante, a violência senderista levou ao pânico e à adoção do discurso anticomunista, tanto nas regiões urbanas como nas rurais, abrindo caminho para a eleição de Fujimori como candidato de “mãos duras” contra o terrorismo, que virá a implementar a doutrina de choque neoliberal no país, criando também uma associação entre a esquerda e o terrorismo, que permanece até os dias de hoje no imaginário político peruano (Santos, 2018).

O sangrento conflito interno que dominou a sociedade peruana ao longo da década de 1990, vitimiza duplamente a população indígena e a camponesa, tanto pela violência senderista como pelo terrorismo de Estado realizado pelo governo de exceção implementado por

¹³ A proibição do termo “índio”, por exemplo, que partia de uma tentativa de combate ao caráter racista associado, acabou por outro lado enfraquecendo conexões identitárias entre as comunidades indígenas peruanas (Santos, 2018).

¹⁴ Santos aponta como contradições que levaram derrocada da esquerda peruana e a ascensão de Fujimori: a capitulação contínua do APRA liderado por Alan García às pautas conservadoras, a implosão da IU entre frações internas e a ação extremamente violenta da guerrilha maoísta *Sendero Luminoso* na Serra peruana.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Fujimori, levando a profundos traumas na região serrana do Peru e a formação das *Rondas Campesinas*, que pegarão em armas para a autodefesa de suas comunidades da violência tanto do *Sendero Luminoso* quanto do governo (Santos, 2018).

As contradições da reforma agrária de Velasco Alvarado, conjuntamente com o trágico e amargo legado do senderismo, levariam a uma profunda desconexão entre o campesinato indígena e a esquerda política no Peru, tornando fenômenos paralelos à ascensão do MAS de Evo Morales na Bolívia inviáveis na realidade peruana, assim como a atuação política indígena no Peru também foi bem mais tímida se comparada aos demais países andinos (Santos, 2018). Apesar da existência de governos nominalmente progressistas no Peru, como os de Alan García (2006-2011) e Ollanta Humala (2011-2016), ambos não se mostraram capazes de superar a herança fujimorista, tanto no que tange ao neoliberalismo como na constituição implementada pelo governo de exceção de Fujimori (Santos, 2018).

Seria apenas em meio à prolongada crise política peruana desencadeada pela derrocada do presidente Martín Vizcarra pelo congresso peruano em 2020¹⁵, que um movimento político que sintetizava o discurso indigenista, camponês e de esquerda conseguiria chegar à presidência do país por meio da eleição do professor camponês, até então desconhecido politicamente Pedro Castillo em 2021 (Perdomo, 2023).

Com um discurso que apelava principalmente à população camponesa e indígena do interior peruano, Castillo foi capaz de derrotar Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, apesar da constante associação de sua imagem ao terrorismo de esquerda e a estereótipos racistas anti-indígenas. Por outro lado, o discurso moralmente conservador de Castillo como, por exemplo, a oposição à legalização do aborto, ao casamento igualitário entre as pessoas do mesmo sexo e à legalização da canábis, fez com que se abrissem profundas fissuras com setor da esquerda progressista; assim como suas propostas de realização de uma nova constituição, o aumento da atuação política de povos indígenas e camponeses e sua condição de *outsider* político rendeu-lhe a ferrenha oposição de um congresso majoritariamente conservador (Perdomo, 2023).

Cabe apontar também que, entre as propostas de campanha presidencial apresentadas por Pedro Castillo, ex-presidente do Peru (2021-2022), estava a convocação de uma assembleia

¹⁵ Este próprio tendo assumido após a derrocada de Pedro Pablo Kuczynski também pelo congresso em 2018.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

constituente para substituir a constituição que se encontra vigente desde o governo de Alberto Fujimori (1990-2000). A proposta de uma nova constituição incluía a possibilidade de tornar o Peru um Estado plurinacional como a Bolívia e o Equador, no entanto, essa proposta sofreu intensa resistência dos setores conservadores peruanos que também viam com desconfiança a proximidade do então presidente Castillo ao movimento camponês e indígena do país. A proposição de uma constituinte, assim como supostas semelhanças de muitas propostas de Castillo aos governos do MAS boliviano levaram a uma radicalização da oposição conservadora, que se opôs intensamente a uma nova constituição e à transformação do Peru em um Estado plurinacional.

A crise política no Peru se intensificou com as frequentes tentativas do congresso em depor Castillo, o que culminou na tentativa de Castillo de dissolver o congresso e declarar estado de exceção. Porém, sem sucesso, é deposto e preso, e quem assume é sua então vice-presidente, Dina Baluarte (2022), levando a um processo de instabilidade e insatisfação política ainda em andamento no país (Perdomo, 2023).

Compreendemos aqui que as contradições históricas da sociedade peruana levaram, em contraposição ao caso boliviano, ao fracasso até o momento da consolidação do projeto de Mariátegui de revolução social protagonizada pelo campesinato indígena, assim como da superação do legado fujimorista por pautas como o Estado plurinacional e o Bem Viver.

Desta forma, apontamos aqui como que, apesar de elementos de demográficos e de formação social semelhantes, desenvolvimentos históricos ao longo do século XX levaram a uma notável bifurcação de caminhos entre os debates em relação a questão nacional e a plurinacionalidade entre os dois países andinos, sendo o impacto desta bifurcação em possibilidades de integração regional a ser explorado na conclusão deste artigo.

VI. RUNASUR, “UNIENDO PUEBLOS HACIA UNA AMÉRICA PLURINACIONAL”

A RUNASUR teve seu início em 2020 no “Encuentro de los Pueblos y Organizaciones de Abya Yala hacia la construcción de una América Plurinacional” pelo ex-presidente da Bolívia Evo Morales (2006-2019). O nome RUNASUR é uma conjunção da palavra quéchua *Runa* (ser humano, povo) e *Sur* (Sul), algo como “povos do Sul” em clara referência à UNASUL e também chamada de “UNASUL dos povos” (Siman, 2023; Granja Hernández et al., 2022).



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Instituída como um foro onde se realizam assembleias plurinacionais com atores não-governamentais de diversos países da América Latina, a RUNASUR é composta por sete comissões: Política, Educação e Cultura, Economia, Madre Tierra, Integração dos Povos, Comunicação e Saúde (Instituto de Estudios y Formación, 2022), em que participam diversos atores sociais da Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Brasil, Colômbia, Uruguai, México, Panamá, Nicarágua e Guatemala (Granja Hernández et al., 2022; Abril Internacional, 2022).

A proposta tem como objetivo “articular uma América Plurinacional em coordenação com movimentos sociais latino-americanos” (Granja Hernández *et al*, 2022, p. 9). Segundo as autoras, a iniciativa traz elementos conceituais inovadores dentro do marco do regionalismo sul-americano ao introduzir novas concepções, conceitos e estratégias para a integração regional como a plurinacionalidade, decolonialidade, Bem Viver como forma de bem-estar social e o protagonismo dos povos originários e movimentos sociais; e apresenta continuidades em relação ao regionalismo contra hegemônico, ao mobilizar os conceitos de anti-imperialismo, anti-capitalismo e solidariedade dos povos latino-americanos, que são as principais diretrizes da iniciativa da ALBA-TCP (Granja Hernández et al., 2022).

A questão da plurinacionalidade e as primeiras experiências de Estados Plurinacionais a partir da primeira década dos anos 2000 no Equador e na Bolívia foram questões chaves para a construção da proposta da RUNASUR e sua articulação entre os povos e movimentos sociais. Em que pese algumas das limitações dos projetos plurinacionais, em constante construção, é inegável os avanços em relação ao reconhecimento político, cultural e jurídico dos povos indígenas e a tentativa de, finalmente, quebrar o Estado abigarrado que é “costurado” com linhas tão frágeis. Trazer essa a experiência plurinacional, seus marcos constitucionais e conceituais, para um projeto de integração latino-americana é, sem dúvida, algo inédito mas que ainda deixa muitas dúvidas sobre seus alcances.

Não à toa, Evo Morales é um dos principais articuladores e a Bolívia é um dos grandes faróis desse projeto. Para além de uma experiência plurinacional considerada bem-sucedida na Bolívia, que teve início em seu governo – e o próprio ex-presidente vir do movimento indígena aymara –, a experiência de golpe de Estado no seu governo sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2019, foi também um fator chave para a



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

iniciativa da RUNASUR impulsionada por Morales, com forte apelo à solidariedade dos povos e ao caráter anti-imperialista e anticapitalista do projeto.

Em seu Decálogo, um dos principais documentos da RUNASUR, que define seu *Qhapaq Ñan* (caminho principal, em quéchua, em referência ao Caminho Inca na região andina), há um claro posicionamento ideológico contra-hegemônico em que se reitera a autodeterminação dos povos, o fortalecimento da soberania, a consolidação de uma luta anti-imperialista e anticapitalista contra todas as formas de ingerência e intervencionismo que marcam a nossa história. Junto a essas pautas, pleiteia-se que uma América plurinacional pode ser capaz de estruturar e consolidar essas lutas, promover novas formas de desenvolvimento econômico e social pautados no Buen Vivir, construir uma luta de cooperação e solidariedade entre povos, Estados e regiões e tendo como horizonte também a descolonização e despatriarcalização para o desenvolvimento dos nossos povos (Decálogo RUNASUR, 2021).

O contexto do surgimento dessa iniciativa é essencial para se compreender suas estratégias e mobilização de ideias e conceitos, já que aparece em um momento de crise dos projetos de integração regional do continente sul-americano – não apenas dos projetos de integração mas, também, de uma forte crise de representação no interior dos Estados nacionais (Nobre, 2022), com avanço da extrema direita em diversos países da região, *estallidos sociales* cada vez maiores e aprofundamento de crises econômicas. Sem dúvida, a última década da América Latina tem sido um período de instabilidade e incertezas em que os governos e a institucionalidade política têm sido os mais chacoalhados.

E é nesse contexto em que se propõe um projeto de integração regional fora do âmbito do Estado em que os principais atores são os povos indígenas, movimentos sindicais e sociais e a questão da plurinacionalidade ocupa uma posição central. Dessa forma, a RUNASUR rompe com a tradição da governança regional sul-americana que é centrada no Estado e nucleada em sua institucionalidade, o que permitiria, desse modo, construir e manter um projeto comum de integração ao transcender a conjuntura política dos Estados (Hernández *et al*, 2022).

Isto é, a RUNASUR tem como possibilidade desafiar o papel do Estado como ator central da governança regional latino-americana (Hernández *et al.*, 2022), que tem como tradição a articulação em torno de projetos regionais intergovernamentais que se ensejam em “ciclos



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

de politização” através de uma “coalizão presidencial” (Dabène, 2012), ou seja, um ciclo onde há um alinhamento ideológico entre os atores governamentais e o compartilhamento de objetivos comuns. No entanto, ao mudar a conjuntura política regional, como aconteceu em 2015, o modelo intergovernamental apresenta suas fragilidades, pois os consensos compartilhados pelos atores estatais que impulsionam os projetos de integração tendem a se desfazer, como aconteceu com as principais instituições criadas no ciclo político anterior, por exemplo. Por isso, a RUNASUR, que não tem como principais articuladores entes governamentais e sim movimentos sociais e indígenas que compartilham um projeto político comum para impulsionar a integração regional, pode apresentar-se como uma alternativa que transcenda as conjunturas políticas latino-americanas e apresentar uma maior consistência e estabilidade nos diferentes ciclos.

Isso não significa, no entanto, que a RUNASUR se proponha como projeto totalmente independente do Estado, ou como uma alternativa antagônica a ele e suas instituições regionais; pelo contrário, propõe uma refundação dos Estados que sejam plurinacionais, democráticos e populares, defendam a autodeterminação dos povos e os direitos da Madre Tierra, fortaleçam novos modos de vida e de organização para além do capitalismo e fortalecer a soberania dos Estados progressistas e povos latino-americanos (Decálogo RUNASUR, 2021). Como afirma o artigo 3 do Decálogo: “Nuestro propósito es fortalecer los organismos de integración para consolidar nuestra unidad como movimiento que promueve la liberación de los pueblos en América Latina, el Caribe y en el mundo” (Decálogo RUNASUR, 2021).

Na Declaração de Buenos Aires, manifesto lançado em novembro de 2022 na ocasião da terceira reunião da RUNASUR, a proposta da iniciativa como um mecanismo permanente de promoção da integração regional através dos povos e para os povos com a articulação entre as instituições e Estados fica ainda mais evidente

Esto permitirá revitalizar UNASUR, MERCOSUR, CELAC y los BRICS y nuevos mecanismos de unidad e integración para promover lazos con base en la autodeterminación de los pueblos, el respeto de la soberanía de los estados y camino a la construcción de la patria grande, latinoamericana y caribeña, la reconstitución del Abya Yala. (Declaração de Buenos Aires, 2022)



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Ou seja, a RUNASUR se propõe como um “mecanismo de intervenção permanente no cenário político e cultural da região”, um movimento *desde abajo* que traz o protagonismo de atores sociais e povos originários para pautar e construir os caminhos da integração regional e, também, capaz de responder às mudanças de conjunturas políticas do continente como um movimento permanente de intervenção e resistência (Declaração de Buenos Aires, 2022).

Tanto no Decálogo quanto na Declaração de Buenos Aires é possível perceber as continuidades dos principais princípios norteadores do regionalismo latino-americano, uma reafirmação do “saber latino-americano sobre a integração regional”, como trouxeram Briceño Ruiz e Lombaerde (2018), em que a integração da região é vista como um mecanismo de fortalecer a soberania e a autonomia de nossos países, com menções diretas contra o intervencionismo e ingerência norte-americanas. Há, também, a referência à “Pátria Grande” e à união dos povos latino-americanos, resgatando os precursores da integração regional do continente, Bolívar e Martí; no entanto, não é a mesma Pátria Grande de alguns séculos atrás, é a Pátria Grande da Abya Yala, que traz e reivindica novas estratégias sobre a integração regional e a própria concepção de América Latina.

A RUNASUR, portanto, configura-se como uma rede de articulação entre diversos setores sociais e indígenas para construção de uma integração regional plurinacional, uma integração *desde abajo* capaz de consolidar-se como um “mecanismo de intervenção – e construção – constante”; que tem suas potencialidades dentro e fora dos Estados e instituições, ora contribuindo para articulação entre a base popular e as instituições, ora resistindo aos recuos das marés.

No entanto, mesmo sendo um projeto recente, cabe questionar a viabilidade dessa proposta para a América do Sul, se a perspectiva plurinacional faz sentido para os demais países ou se é algo que pode tornar-se um empecilho para uma maior adesão e, também, se conseguirá manter uma articulação constante, construir instâncias permanentes e ter incidência no plano institucional.

Em primeiro lugar, a questão plurinacional é algo que gera diversos embates em países como o Peru e Chile, ou não são sequer debatidos em amplitude nacional em países como Brasil, Argentina e Uruguai. No entanto, a plurinacionalidade é mais uma perspectiva de atuação e concepção de projeto do que uma questão jurídica e institucional na RUNASUR, e



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

menos ainda é uma tentativa de implementar um Estado Plurinacional em outros países, por mais que isso seja visto como uma “ameaça” pelo Estado peruano (Tolcachier, 2023), já que é uma demanda de longa data dos povos indígenas do país.

Apesar disso, os movimentos indígenas organizados que lutam por sua autodeterminação e autonomia de seus territórios e modos de vida alcançam todo o subcontinente e, por essa perspectiva, possa ser que haja, a longo prazo, uma maior articulação desses movimentos que atinja maior grau de organização e abrangência, visto que a proposta inicial da RUNASUR já conta com grupos originários de países diferentes – como a Colômbia e o Peru, por exemplo. Além disso, a proposta não se circunscreve apenas à organização dos povos originários, mas também de movimentos sindicais e sociais, dos quais muitos enfrentam desafios comuns em seus respectivos países latino-americanos.

A questão do extrativismo e da mineração é uma das grandes pautas de agremiação de diferentes setores e movimentos populares latino-americanos – além de serem questões que geram diversas disputas e embates em praticamente todos os países da região, muitas das reservas de recursos naturais transbordam as fronteiras nacionais e, portanto, essas disputas se internacionalizam, a exemplo da questão do triângulo do lítio, na Bolívia, Argentina e Chile. Essa pauta é uma das grandes diretrizes da RUNASUR, como bem reforçado em um encontro do bloco em 2023 (Tolcachier, 2023).

O último encontro da RUNASUR que se tem registro até o momento, foi em março de 2023 e ocorreu no III Fórum Mundial de Direitos Humanos em Buenos Aires. O evento começou com uma cerimônia indígena andina e contou com a presença de diferentes movimentos populares, como as Madres de la Plaza de Mayo da Argentina¹⁶, sindicatos e os ex-ministros de Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni, e do Peru durante o breve governo de Pedro Castillo, Héctor Béjar. Béjar deu declarações bem simbólicas sobre o significado da RUNASUR e também usou o espaço para condenar o golpe que houve em seu país. Nas palavras do ex-ministro peruano,

A verdadeira base da integração regional devem ser os povos nativos. As organizações de integração dos Estados dependem dos altos e baixos da política, enquanto os povos estão sempre presentes. Portanto, a base permanente e estável do

¹⁶ Ver mais em: Madres de Plaza de Mayo Línea fundadora (s/f)



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

CELAC, UNASUL ou CAN deve ser a RUNASUR (Béjar, 2023, como citado em Tolcachier, 2023)

A fala de Béjar, que menciona os “altos e baixos” da política latino-americana que, por consequência, impactam nos projetos de integração regional, reforça o que vem sendo tratado pela literatura acadêmica sobre a instabilidade das políticas regionais frente aos diferentes ciclos de governo, como já mencionados, os ciclos de politização-despolitização, padrão *stop-and-go*, entre outros; sendo a RUNASUR, deste modo, um produto deste contexto e, também, pensada justamente para lidar com esses recuos e avanços ao conformar uma “base” das instituições que já existem sem, no entanto, depender totalmente delas para se organizar e, menos ainda, depender apenas de determinados ciclos de governos.

É neste ponto, por exemplo, que o projeto se diferencia da ALBA-TCP pois, apesar dos acordos entre as principais diretrizes e objetivos – a RUNASUR sendo, inclusive, uma instância participativa da ALBA-TCP – o projeto encabeçado pelo ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, mesmo que longo e firme até o momento, tem um formato intergovernamental, isto é, totalmente dependente dos governos que se comprometem com esse propósito com os governantes alinhados à esquerda que ainda levam adiante esse projeto. O que isso quer dizer é que possíveis mudanças desses governos podem paralisar as atividades do empreendimento bolivariano – como ocorreu com as demais instituições regionais como a UNASUL e a CELAC, por exemplo.

No que tange à atuação de organizações populares e indígenas na RUNASUR, há movimentos da Argentina, Bolívia, Equador, Chile, Peru, Uruguai, Paraguai e Brasil, além de Guatemala, Panamá, Nicarágua e México (Tiempo Argentino, 2022). Contudo, aparentemente há uma preponderância de organizações bolivianas com a presença do Pacto de Unidad, que agrega organizações populares e indígenas aliadas ao MAS, entre as quais podemos destacar: a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia Bartolina Sisa (CNMCIQB-BS); a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB); a Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarias de Bolivia (CSCIOB); o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ) e a Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) (Ochoa, 2021).



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Nas conferências e assembleias já realizadas em torno da articulação da RUNASUR, os eventos contaram com a participação da Central de Trabajadores y Trabajadoras de la Argentina (CTA-T); da Central de Trabajadores de la Argentina Autónoma (CTA Autónoma) junto à Secretaria de Relaciones com los Pueblos Originarios de la CTA Autónoma; da Confederação del Trabajo (CGT), Unión de Trabajadores y Trabajadoras de La Economía Popular, ambos também da Argentina; da Central Unitaria de Trabajadores y Trabajadoras de Chile (CUT Chile); da Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) (Tiempo Argentino, 2022) Instituto Simón Bolívar de Venezuela; La Federación Agraria Revolucionaria de Cusco (FARAC) (Infobae, 2021), do Peru; a Confederación General del Trabajo de Colômbia; Plenaria Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT), do Uruguai (CTA, 2022), entre outros.

Dentre as organizações participantes, é possível receber a forte presença e articulação de movimentos indígenas e sindicais, com destaque à existência de uma Secretaria de Povos Originários dentro do sindicato CTA Autónoma (CTTA, 2024), o que indica que está sendo criado um espaço de confluência em torno de diversas pautas comuns e interseccionais, e que não são novas.

Na última reunião da RUNASUR, em dezembro de 2023 foi comemorado o “No al ALCA” que completou 18 anos e um ano de criação. O evento foi realizado no Espacio Memoria y Derechos Humanos na Argentina, que foi um antigo centro de tortura durante a ditadura militar argentina (1976-1983). Neste encontro, foi lido o Manifesto RUNASUR 2023 (RUNASUR, 2023) com principais eixos, diretrizes e linhas de ação que se pretendem construir e reforçar a partir do espaço da RUNASUR, das quais cabe destacar:

Fortalecer los procesos de integración de los Estados, pueblos indígenas y movimientos sociales en torno a la CELAC, UNASUR, ALBA TCP, MERCOSUR, RUNASUR, para seguir luchando por la unidad, complementariedad, identidad y solidaridad contra la codicia capitalista, la desigualdad, la agresión imperial y el proyecto neocolonial occidental;

Seguir impulsando la construcción del proyecto de la “América Plurinacional” con la participación democrática y vigorosa del movimiento indígena, obrero, campesino y de todo el arco social que involucre a mujeres, jóvenes, organizaciones sociales urbanas y todos quienes asuman como suya la lucha anti imperial, anticapitalista y anticolonial;



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Convocar a las organizaciones populares para rechazarla presencia e instalación de bases militares extranjeras y toda forma de injerencia de la OTAN en nuestros territorios;

Apoyar la inclusión de nuestros Estados en los BRICS para que formen parte del nuevo orden económico y financiero global e impulsar la desdolarización en la Patria Grande adoptando una moneda común;

Movilizar y organizar la resistencia popular para contrarrestar la tiranía económica y financiera encabezada por el FMI, el BM y el BID;

Promover procesos de nacionalización de nuestros recursos naturales para impulsar proyectos de desarrollo económico, tecnológico y científico en cada uno de nuestros países. Detenerla voraz explotación de nuestros recursos naturales por el capital transnacional que atenta contra los Derechos de la Madre Tierra (pp. 2-4).

A partir desses eixos, é possível notar que a RUNASUR propõe articular-se com diversas instâncias regionais, não apenas aquelas que têm uma proposta mais similar a sua, como a ALBA TCP, por exemplo, mas propõe algo mais amplo e em termos de Sul global que vai da CELAC aos BRICS; cabe lembrar que um dos primeiros objetivos quando foi lançada foi, justamente, reforçar o papel da CELAC e se mobilizar para a retomada da UNASUL (La Nación, 2021). Além disso, como legado da experiência contra a ALCA, um dos objetivos da RUNASUR é atuar como movimento organizado de resistência e contraponto a instituições internacionais que representam os interesses do Norte global, como a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros; ao mesmo tempo em que a pauta da soberania dos recursos naturais aparece como um dos principais horizontes de atuação.

Ao que parece, a RUNASUR pretende não apenas ser um ponto de resiliência dentro das mudanças regionais do subcontinente, ora endossando as instituições alinhadas, ora sendo uma trincheira quando os ventos estão na direção contrária, mas um espaço de articulação ativo entre movimentos e instituições, com busca de relevância e incidência na política internacional e regional. No entanto, para saber como e se vão alcançar esses objetivos, é preciso de mais tempo.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RUNASUR surgiu no contexto de revés desse ciclo progressista, quando as principais instituições criadas para promover a integração estavam pouco a pouco sendo esvaziadas e paralisadas, uma vez que haviam sido formuladas no mesmo contexto em que o modelo intergovernamental centrado na atuação estatal se constituiu como principal ferramental de integração. Nessas circunstâncias, como dar continuidade aos processos de integração regional que se tornam vulneráveis a crises e mudanças de conjuntura política e econômica, que conferem ao regionalismo latino-americano um padrão cíclico, pendular, líquido?

A RUNASUR se projeta como alternativa a essa situação como uma rede de articulação fora do âmbito do Estado em que os principais atores são movimentos sociais e indígenas que formam uma base popular de construção permanente da integração regional. Surgida em um contexto de diversas crises institucionais na América Latina, projeta-se como um mecanismo de intervenção e proposição permanente, uma rede de articulação plurinacional com movimentos sociais, onde os principais atores estão fora da institucionalidade do Estado e, por isso, podem transcender as conjunturas políticas adversas. Além disso, coloca-se como uma base social e popular com interlocução com as instituições de integração e governo e, também, como resistência dos projetos e discussões sobre integração quando os canais de diálogo são fechados.

Considerando o caráter da RUNASUR como instrumento de integração regional independente do Estado e centrada nos movimentos populares e povos originários, cabe examinar, então, quais são os horizontes concretos de atuação destes atores políticos dentro das realidades sociais dos países em análise que permitirão ou não o sucesso de iniciativas como a RUNASUR. Desta forma, recuperamos aqui o desenvolvimento histórico apresentado ao longo do artigo no que tange à questão nacional e o paradigma do plurinacionalismo na Bolívia e no Peru, de forma em que podemos aqui estipular a viabilidade do projeto da RUNASUR no contexto dos países analisados, e também da América Latina, partindo dos critérios da pujança política dos atores políticos em destaque e da capilaridade do paradigma plurinacional como solução a questão nacional em cada país e na região.

Ao compararmos as conjunturas boliviana e peruana, podemos apontar contextos opostos porém complementares. Na Bolívia, após a eleição de Luis Arce e retorno do MAS ao poder



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

em 2020, o projeto plurinacional se mostra resistente no caso boliviano, sendo tal fato evidenciado pelo apoio popular ao governo e ao partido MAS. Já no Peru, a deposição do governo de Castillo e a instabilidade política em que o país se mantém demonstram a fragilidade do plurinacionalismo como projeto político no país.

Dada esta divergência, não é digno de surpresa o protagonismo boliviano na apresentação e planejamento da RUNASUR como alternativa de integração regional para além do Estado capitaneada por movimentos sociais e povos originários considerando a relevância de ambos nos recentes desenvolvimentos políticos do país andino. Tampouco espanta a ausência de atuação notável por parte do Peru, se considerando os processos aqui descritos de desconstrução da identidade indígena e contínuo enfraquecimento dos campos revolucionários, populares e progressistas no país ao longo da segunda metade do século XX.

Não obstante, a temporária interrupção do governo do MAS na Bolívia causado pela derrubada do governo de Evo Morales em 2019, assim como a repentina e imprevista vitória de Pedro Castillo no Peru em 2021, apesar de ambas se mostrarem mais como hiatos do que propriamente rupturas¹⁷, nos demonstram importantes elementos no que tange à dinâmica política de ambos países.

No caso boliviano, aponta-nos que apesar da inegável força política do paradigma plurinacional, assim como dos movimentos populares e indígena no país, estes encontram poderosos antagonistas internos e externos, aos quais mostram que o projeto político e de integração apresentado pelo MAS não se encontra incontestado ou imune a ataques. Já no que tange ao caso peruano, vemos que mesmo com o histórico enfraquecimento político da esquerda e das identidades indígenas no país, estas ainda possuem potencial de mobilização dentro do país, sendo este possível de se fortalecer em períodos de instabilidade e deslegitimação das forças políticas tradicionais.

Considerados a sinuosidade da força política tanto dos atores em questão como do próprio paradigma plurinacional em si nos países analisados, é possível apontar que o desenvolvimento da RUNASUR como alternativa concreta de integração regional ainda se encontra no campo da potencialidade e não da materialidade. Ao pensarmos no contexto

¹⁷ Isto se dá pela retomada do MAS ao governo com a eleição de Luis Arce em 2020 e a derrocada do governo de Castillo em 2021.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

boliviano, se por um lado a retomada do MAS à presidência do país confirma a força política dos movimentos populares e indígena e sua filiação ao projeto plurinacional, também sugere uma predominância da priorização do poder institucional no Estado em contrapartida a construção de alternativas fora do Estado, como propõe a RUNASUR, por parte do MAS e de Morales. Já no contexto peruano, apesar de notável mobilização popular em resposta à derrocada do governo Castillo, o paradigma plurinacional não se mostra, no momento histórico hodierno, como um horizonte de solução da questão nacional do país.

Desta forma, apontamos que o potencial político da RUNASUR como alternativa de integração regional, assim como o horizonte da plurinacionalidade como solução à questão nacional dependem, justamente, da forma em que os movimentos populares e os povos indígenas de respectivos países são capazes de se mobilizar socialmente e converter tal mobilização em poder político não apenas dentro da institucionalidade do Estado, mas além dela, sendo a capacidade do paradigma plurinacional em solucionar a questão nacional um indicador central para possíveis sucessos de projetos de integração como a RUNASUR.

Além disso, o contexto regional parece ser a principal força motriz da RUNASUR. A partir de 2023 a frequência dos encontros diminuiu, o último do grupo aconteceu em dezembro de 2023 e, conforme observado na pesquisa, não houve mais atividades e não há atualizações nas redes sociais desde novembro de 2022 – o que não necessariamente significa uma falência do projeto em si. Uma possível hipótese para isso é que o contexto político regional de 2023/2024 está bem diferente do de 2020/2021, quando a proposta foi lançada. Isto é, em 2020 e 2021, logo após o golpe na Bolívia em 2019, o subcontinente estava vivendo o giro à direita, com os projetos de integração esvaziados e acontecendo uma pandemia. Agora, no entanto, esse quadro se reverteu, embora não tão favorável como no começo dos anos 2000, mas os projetos foram retomados após a eleição de novos governantes mais alinhados ao progressismo, com destaque para a eleição do terceiro mandato do presidente Lula do Brasil no final de 2022, um dos principais articuladores e com maior força e capital político para retomar os projetos de integração.

Desse modo, sugere-se que, devido a essa nova conjuntura, que pode-se dizer mais favorável aos projetos de integração e de corte mais progressista, a atuação da RUNASUR como tentativa de força resiliente ou “trincheira” dos avanços neoliberais e conservadores se faz, talvez, um pouco menos necessária – já que um maior diálogo no plano institucional



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

nesse contexto atual é possível, pelo menos até certo ponto. No entanto, as tensões extrativistas também estão nos governos progressistas, portanto, cabe esperar e observar os próximos passos desse projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abelardo Ramos, J. (2014). *História da Nação Latino-Americana*. Insular.

Anderson, B. (2007). Introdução. En G. Balakrishnan (Org.), *Um mapa da questão nacional* (pp.7-22). Contraponto.

Andrade Précoma, A., Silvini Ferreira, H., y Silva Portanova, R. (2019). A plurinacionalidade na Bolívia e no Equador: superação dos Estados coloniais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 9(2), 381-400. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v9i2.6061>

Barbosa dos Santos, F. L. (2018). *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. Elefante.

Barros, P. S., Gonçalves, J. S B., y Samurio, S. E. (2020). Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de COVID-19. *Boletim de Economia e Política Internacional*, (27), 125-144. <http://dx.doi.org/10.38116/bepi27art8>

Benzi, D. (2017). *ALBA-TCP, Anatomía de la integración que no fue*. Universidad Andina Simón Bolívar; Imago Mundi

Briceño Ruiz, J. (2018). *Las teorías de la integración regional; más allá del eurocentrismo*. Universidad Cooperativa de Colombia.

Caudillo Félix, G. A. (2012). Reflexiones sobre el Buen Vivir o Vivir Bien (Suma Qamaña; Sumak Kawsay, Balu Wala). *Temas de Nuestra América. Revista de Estudios Latinoamericanos* (Numero Extraordinario), 185-196. <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/tdna/article/view/4246>

Closs, M. (2020). A construção da Bolívia Plurinacional: um panorama das políticas doméstica e externa dos governos de Evo Morales. En M. R. Soares de Lima, L. Pinheiro, M. Albuquerque, F. Gonçalves, y A. Londoño Niño (Orgs.), *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional* (pp.34-51). Editora Multifoco.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Comini, N. (2017). ¿Por qué se desvanecen las alianzas? *Archivos del presente*, 21(66), 108-119. <http://archivosdelpresente.com/articulos/por-que-se-desvanecen-las-alianzas/>

Cunha Filho, C. M. (2014). A construção do Estado Plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado. *Revista de Estudios Bolivianos*, 20. <https://doi.org/10.5195/bsj.2014.87>

Dabène, O. (25 de mayo 2012). *Explaining Latin America's fourth waves of regionalism: Regional integration of a third kind* [Conferencia]. 2012 Congress of LASA. San Francisco, UE. https://www.academia.edu/8680372/Explaining_Latin_Americas_fourth_wave_of_regionalism

Dabène, O. (2012). Consistency and resilience through cycles of repoliticization. In P. Ruggirozzi, y D. Tussie, D (Eds.), *The Rise of Post-hegemonic Regionalism: the case of Latin America?* (pp.41-64). Springer.

Declaración de Buenos Aires de RUNASUR. Integración de los pueblos para los pueblos. (7 de noviembre 2022). *Confederación de Trabajadores Argentinos Autónoma* <https://ctaa.org.ar/documentos-de-la-asamblea-plurinacional-del-runasur/>

Declaración de Buenos Aires. (2022). RUNASUR <https://ctaa.org.ar/runasur-declaracion-de-buenos-aires/>

Evo Morales presentó el Decálogo de Runasur para la America Plurinacional. (2 de agosto de 2021). RUNASUR. <https://www.integracion-lac.info/es/node/46354>

Figueiredo, A. G. de B., Gremaud, A. P., y Braga, M. B. (2023). A integração latino-americana: da identidade à estrutura econômica. *Revista USP*, (136), 13-36. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i136p13-36>

Fuser, I. (2016). *Bolívia*. Fundação Perseu Abramo.

Garino, M. A. (2020). Movimientos sociales transnacionales como promotores de la transformación del regionalismo latinoamericano. En H. Guedes de Souza, G. Schwendenwein, M. F. M., Ferri de Holanda, y S. M. Garcia Gualda (Org.), *América Latina em foco: novas perspectivas de análise sobre a região* (pp.115-132). ALACIP. <https://alacip.org/?p=35305>



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

González Casanova, P. (2008). Colonialismo Interno [una redefinición]. En A. A. Boron, J. Amadeo, y S. González (Comps.), *La teoría marxista hoy: Problemas y perspectivas*. CLACSO. <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14458>

Granja Hernández, L., Lacerda Gonçalves, A. L., y Cazalbón, A. (2022). RUNASUR: estudio de caso de la propuesta de Evo Morales de regionalismo plurinacional. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, (47), e045 <https://doi.org/10.24215/24689912e045>

Ianni, O. (1988). A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, 2(1), 5–40. <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/664>

Instituto de Estudios y Formación. (5-6 de noviembre 2022). *Hacia una América Plurinacional* [Conferencia]. IV Encuentro de Runasur. Buenos Aires, Argentina. <https://iefctaa.org/iv-encuentro-de-runasur-hacia-una-america-plurinacional/>

Jaramillo, E. C. (2023). *Ayuda memoria sobre Estados Plurinacionales* [Apunte de cátedra]. PROLAM. Universidad de San Pablo.

Kaysel, A. (2018). *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)* [Entre la nación y la revolución: marxismo y nacionalismo en Peru y Brasil]. Alameda.

Klein, H. S. (2016). *História da Bolívia*. Editora Universidade de Brasília.

Löwy, M. (2005). *Por un socialismo indoamericano ensayos escogidos de José Carlos Mariátegui*. Editora UFRJ.

Madres de Plaza de Mayo Linea Fundadora (s/f). *Memórias de la Memoria*. Recuperado el 12 de marzo de 2024. <https://memoriaabierta.org.ar/wp/memorias-de-la-memoria-madres-de-plaza-de-mayo/>

Mariátegui, J. C. (2010). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Expressão Popular; CLACSO.

Manifiesto a los pueblos del mundo “de la américa para los americanos a la américa plurinacional de los pueblos” a 200 años de la Doctrina Monroe y de sus crímenes de lesa



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

humanidad. (2023). RUNASUR. https://ctaa.org.ar/wp-content/uploads/2023/12/MANIFIESTO-RUNASUR_2023.pdf

Menon, G., Palma, M., y Zaidan, D. (2022) *Sociologia do novo constitucionalismo latino-americano: debates e desafios contemporâneos*. Universidade de São Paulo

Nace en Oruro la Pluriversidad de los pueblos. (12 de abril 2024). *Confederación de Trabajadores Argentinos Autónoma*. <https://ctaa.org.ar/nace-en-oruro-la-pluriversidad-de-los-pueblos/>

Nobre, M. (2022). *Limites da democracia, de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Todavia.

Observatório de Regionalismo. (1 de noviembre 2023). Regionalismo Aberto. *Observatório de Regionalismo Aberto*. <https://observatorio.repri.org/glossary/regionalismo-aberto/>

Ochoa, S. (21 de mayo 2021). Runasur, nace una Unasur de los pueblos con 4 países: ¿de qué se trata?. *Sputnik Mundo*. <https://latamnews.lat/20210521/runasur-nace-una-unasur-de-los-pueblos-con-4-paises-de-que-se-trata-1112395948.html>

Oliveira, A. C. (2014). *Do velho ao novo regionalismo: evolução das políticas conjuntas para o desenvolvimento planejado da América Latina* [Del viejo al nuevo regionalismo: evolucion de políticas conjuntas para el desarrollo planificado de America Latina]. CEPAL. <https://hdl.handle.net/11362/36664>

Pasquariello Mariano, K., Nitsch Bressan, R. y Luciano, B. T. (2021). Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the Américas [Regionalismo líquido: Una tipología del regionalismo en las Américas]. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 64(2). <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100204>

Perdomo, R. (2023). Politics as usual? El gobierno efímero de Pedro Castillo en Perú. *Les Études du CERI*, (264-265), 30-34. <https://www.sciencespo.fr/cei/fr/papier/etude>

Rénique, J. L. (2009). *A revolução peruana* [La revolución peruana]. Editora UNESP.

Riggiozzi, P., y Tussie, D. (2012). *The Rise of Post-hegemonic Regionalism: The Case of Latin América* [El auge del regionalismo poshegemónico: El caso de Latino América] Springer.



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Rodrigues, M. R., Ferreira Lazarini, R. G., Lacerda Madeira, L., y Menon, G. (2022). A criação da ALBA-TCP como alternativa na integração latino-americana [La creación del ALBA-TCP como alternativa en la integración latinoamericana]. *Lutas Sociais*, 26(48), 85–106. <https://doi.org/10.23925/ls.v26i48>

Runasur: el movimiento continental que Evo Morales quiere llevar adelante usando a Perú como su centro de operaciones. (14 de noviembre de 2021). *Infobae*. <https://www.infobae.com/america/peru/2021/11/14/runasur-el-movimiento-continental-que-evo-morales-quiere-llevar-adelante-usando-a-peru-como-su-centro-de-operaciones/>

Sanahuja, J. A. (2009). Del 'regionalismo abierto' al 'regionalismo post-liberal'. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*, (7), 11-54. http://www.cries.org/?page_id=44

Sanahuja, J. A. (2016). América Latina en un cambio de escenario: de la bonanza de las commodities a la crisis de la globalización. *Pensamiento Propio*, (44), 13-26. <http://www.cries.org/?p=3749>

Siman, T. (2023). Runasur/Runasul: qual o lugar da iniciativa no renascimento do regionalismo pós-hegemônico? *Observatório de Regionalismo*. <http://observatorio.repri.org/2023/05/09/runasur-runasul-qual-o-lugar-da-iniciativa-no-renascimento-do-regionalismo-pos-hegemonico/>

Tapia, L. (2007). Una reflexión sobre la idea del Estado Plurinacional. *OSAL*, (22), 47-64. <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=111&c=6>

Tolcachier, J. (23 de marzo de 2023). Reunião da Runasur no III Fórum Mundial de Direitos Humanos 2023. *Pressenza Internacional Press Agency*. <https://www.pressenza.com/pt-pt/2023/03/reuniao-da-runasur-no-iii-forum-mundial-de-direitos-humanos-2023/>

Un nuevo bloque: qué es Runasur, la alianza que impulsa Evo Morales e incluye a la Argentina. (1 de mayo de 2021). *La Nación*. <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/un-nuevo-bloque-que-es-runasur-la-alianza-que-impulsa-evo-morales-e-incluye-a-la-argentina-nid01052021/>



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina:
algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano
DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

Williamson, J. (2004). The strange history of the Washington Consensus [La extraña historia del Consenso de Washington]. *Journal of Post Keynesian Economics*, 27(2), 195-206. <https://doi.org/10.1080/01603477.2004.11051438>

Wolkmer, A. C., y Machado Fagundes, L. (2013). Para um novo paradigma de Estado plurinacional na América Latina [Hacia un nuevo paradigma de Estado Plurinacional en la América Latina]. *Novos Estudos Jurídicos*, 18(2), 329–342. <https://doi.org/10.14210/nej.v18i2>

Zavaleta Mercado, R. (1986). *Lo Nacional-Popular en Bolivia*. Siglo XXI.

SAMIYAH VENTURI BECKER: Estudiante de maestría en el Programa de Integración de América Latina de la Universidad de São Paulo (PROLAM USP) con una beca de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), miembro del proyecto de investigación y extensión universitaria "Realidades Latinoamericanas" de la UNIFESP, del Grupo de Investigación de la Cátedra José Bonifácio del Centro Iberoamericano de la USP y investigadora del Observatorio de Regionalismo (ODR) vinculado al Grupo de Investigación en Política Exterior y Regionalismo (REPRI). Licenciada en Geografía por la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo (2018). E-mail: samiyah.becker@usp.br

LUCAS MIRANDA AREAN: Estudiante de maestría en el Programa de Integración de América Latina de la Universidad de São Paulo (PROLAM USP) con una beca de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES). Licenciado en Relaciones Internacionales por la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (2021).

GUSTAVO MENON: Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais (Política) na Pontificia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e no Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. Professor na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente credenciado no PROLAM-USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais na UCB. E-mail: gustavo.menon@p.ucb.br

Fecha de recepción: 13/03/2024

Fecha de aceptación: 30/05/2024



A proposta de integração regional da RUNASUR e a questão plurinacional na América Latina: algumas considerações sobre o caso peruano e boliviano

DOI: <https://doi.org/10.24215/24689912e056>

CRedit (Contributor Roles Taxonomy)

Nombres y Apellidos del autor	Colaboración Académica													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. SAMIYAH VENTURI BECKER			X	X	X	X	X	X		X				
2. LUCAS MIRANDA AREAN			X	X		X	X			X				
3. GUSTAVO MENON			X	X		X				X			X	X

1. Administración del proyecto
2. Adquisición de fondos
3. Análisis formal
4. Conceptualización
5. Curaduría de datos
6. Escritura - revisión y edición
7. Investigación
8. Metodología
9. Recursos
10. Redacción - borrador original
11. Software
12. Supervisión
13. Validación
14. Visualización

Para conocer mejor cada ítem: <https://credit.niso.org/>